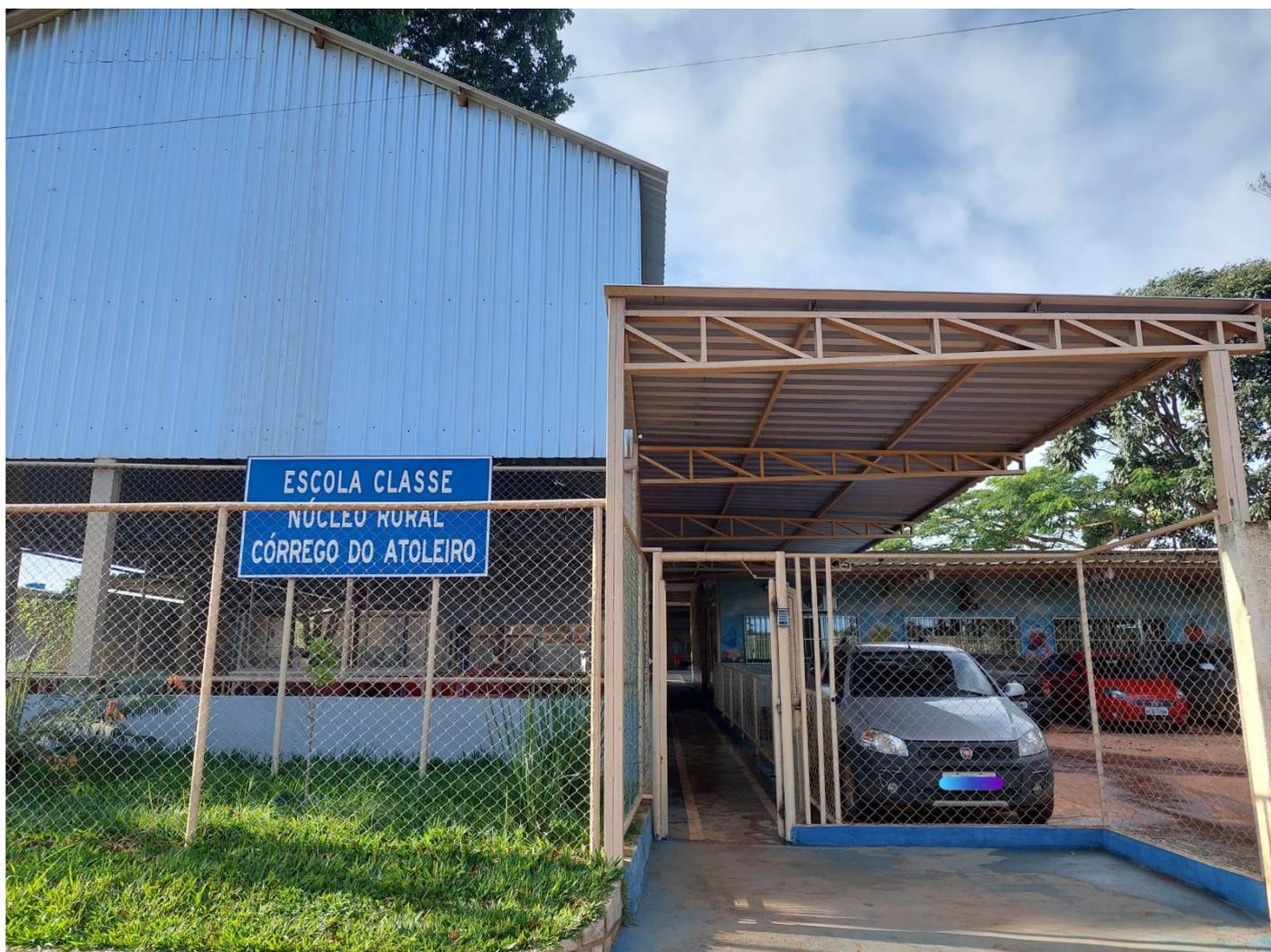




SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL
COORDENAÇÃO REGIONAL DE ENSINO DE PLANALTINA
ESCOLA CLASSE NÚCLEO RURAL CÓRREGO DO ATOLEIRO



PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO



Planaltina-DF

Abril 2023

ESCOLA CLASSE NÚCLEO RURAL

CÓRREGO DO ATOLEIRO

ENDEREÇO

DF 345 KM18 N.R.Córrego do Atoleiro

TELEFONE

999977531

E-MAIL

ecnr corregodoatoleiro@gmail.com

DIRETORA

Magda Camarda Bernardes

VICE-DIRETORA

Cristiane Almeida Barbosa

COORDENADORA PEDAGÓGICA

Katerynne Golçalves Montijo

CHEFE DE SECRETARIA

Jacqueline Sousa Campos

1 Sumário

ESCOLA CLASSE NÚCLEO RURAL.....	2
CÓRREGO DO ATOLEIRO.....	2
TELEFONE	2
E-MAIL	2
VICE-DIRETORA	2
COORDENADORA PEDAGÓGICA	2
CHEFE DE SECRETARIA	2
2 APRESENTAÇÃO.....	4
3 HISTÓRICO	5
4 DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DA INSTITUIÇÃO EDUCACIONAL	8
5 CARACTERÍSTICAS FÍSICAS.....	8
6 DIAGNÓSTICO DA REALIDADE	10
7 FUNÇÃO SOCIAL.....	11
8 PRINCÍPIOS	12
8.1 Princípio da Educação Integral	13
8.2 Princípios Epistemológicos	14
8.3 Educação Inclusiva	14
9 MISSÃO.....	16
10 FUNDAMENTOS TEÓRICOS METODOLÓGICOS	17
11 ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO PEDAGÓGICO.....	19
11.1 Gestoras.....	20
11.2 Coordenação Pedagógica	21
11.3 Planos de Ação.....	21
11.4 Secretaria Escolar	23
11.5 Cozinheiras, auxiliares de limpeza e vigilantes terceirizados	24
11.6 Professores efetivos:	24
11.7 Professores contrato temporário	25
11.8 Pedagogo Orientador Educacional	25
11.9 ESV	26
12 ESTRATÉGIAS DE AVALIAÇÃO:.....	26
13 ORGANIZAÇÃO CURRICULAR	30
14 PLANO DE AÇÃO PARA A IMPLEMENTAÇÃO DO PPP	37
15 GESTÃO PEDAGÓGICA	37

16	GESTÃO ADMINISTRATIVA	41
17	GESTÃO DE PESSOAS	41
18	GESTÃO DE RESULTADOS EDUCACIONAIS	42
19	ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO DO PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO	42
20	PROJETOS ESPECÍFICOS	43
21.1	Educação Integral	44
21.2	Justificativa	44
21	OBJETIVO GERAL	44
22	OBJETIVOS ESPECÍFICOS	44
23	ESTRATÉGIAS	45
24	AVALIAÇÃO	45
24.1	Capoeira na escola	46
24.2	XI Plenarinha: Identidade e Diversidade na Educação Infantil	46
24.3	Semana do Brincar na Educação Infantil	46
24.4	Alimentação Saudável na Educação Infantil	47
24.5	Dia Mundial de luta de pessoa com deficiência	47
24.6	Recreio Orientado	47
24.7	Projeto de leitura e mostra cultural artística & literária	48
24.8	Projeto Interventivo	48
24.9	Programa Eleitor do Futuro: Inclusão Social Desde a Infância	49
24.9.1	Projeto Parque Educador	49
24.9.2	Projeto na Trilha, Vida	50
24.9.3	Objetivo Geral	50
24.9.4	Objetivos Específicos	50
24.9.5	Metodologia	50
24.9.6	Ações	50
24.9.7	Yoga	51
25	REFERÊNCIAS	53

“A educação, qualquer que seja ela, é sempre uma teoria do conhecimento posta em prática.”

Paulo Freire

2 APRESENTAÇÃO

Esse documento foi elaborado tomando como parâmetro a Proposta Pedagógica da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal, por meio da Subsecretaria de Educação Básica e nele destacamos a prioridade de oferecer uma educação de qualidade à comunidade desta Unidade de Ensino, na qual a organização escolar pressupõe, do ponto de vista filosófico, a construção de ações pedagógicas, permeadas por princípios que devem inspirar o currículo e uma pedagogia de projetos pedagógicos.

Nesse contexto, contemplam-se, nesta proposta, diretrizes norteadoras voltadas para uma educação que priorize os princípios da qualidade e da equidade, ou seja, uma educação aberta à novas experiências, às novas maneiras de ser, às novas ideias; para conviver com as diferenças; educar para a autonomia, a eficácia e a eficiência com foco no sucesso escolar do aluno, estando sempre em construção e atualização.

Destacamos como foco central dos princípios norteadores da Secretaria de Educação do Distrito Federal que norteiam o trabalho desta Instituição Educacional a aprendizagem, visto que o objeto central da ação escolar é o educando e sua aprendizagem.

Alunos, professores e pais aprendem, quando se relacionam, e se comprometem com as novas aprendizagens, de forma sistemática e contínua, no espaço escolar e fora dele, a partir de seus saberes, realidade e expectativas; atualização pedagógica dos professores e gestores, sendo estes um fator de mudanças.

Baseando-se na concepção de sociedade, a escola elaborada de forma participativa, tem a finalidade de apontar a direção e o caminho que vai percorrer para realizar, da melhor forma possível, sua função educativa de auxiliar no desenvolvimento do indivíduo em todas as suas potencialidades, contribuindo para a formação de cidadãos conscientes no contexto em que vivem, construindo saberes indispensáveis para sua inserção social.

Este Projeto Político Pedagógico foi elaborado a partir de discussões feitas entre membros da comunidade escolar, pais, professores, servidores, estudantes e outros representantes da comunidade local. As ações educativas propostas deverão ser desenvolvidas pela comunidade com base na abordagem de temas pertinentes e atividades práticas, tendo em vista os interesses e necessidades do aluno, contemplando ao mesmo tempo questões que lhes possibilitem mudança de comportamento e melhor atuação nas diferentes situações da vida.

Como proposta para efetivação do seu fazer pedagógico, a escola trabalha com: teatro, música, literatura, esportes, mostra cultural, exposições, oficinas e atividades extraclasse, que tem por objetivo principal socialização e autoestima do aluno, e trazer a participação do estudante e da comunidade para a escola, construindo um ambiente democrático e saudável e também interdisciplinar.

Nesse contexto de formação global do estudante, a avaliação proposta fundamenta-se nos princípios das dimensões diagnósticas, processuais e participativas, que buscam informações que possam contribuir para o desenvolvimento contínuo do estudante, na perspectiva da construção e aquisição de habilidades e competências e também buscam o redimensionamento das estratégias, o que caracteriza a avaliação formativa.

3 HISTÓRICO

O histórico de constituição dessa Unidade de Ensino perpassa pela história vivida pelos próprios moradores da região e suas famílias. Para construção do histórico da Escola Classe Núcleo Rural Córrego do Atoleiro, foram ouvidos alguns moradores os quais relatam que antigamente residiam muitas famílias em que, como em tantas outras áreas rurais, as mães além dos afazeres domésticos, necessitavam auxiliar seus esposos e/ou companheiros na lida diária das lavouras. Os filhos, mesmos pequenos, por não terem com quem ficar em casa enquanto seus pais trabalhavam na lavoura, iam junto ou ficavam vagando pelo núcleo e nas proximidades do Córrego do Atoleiro.

De acordo com moradores do núcleo, em um desses dias de trabalho, uma criança que vivia nessa situação diária, ao vagar pelo tal córrego teve a péssima sorte de cair e morrer afogada. Ante a tristeza da mãe e comovida com a situação que

poderia se repetir com outras crianças, uma moradora do núcleo, a Sra. Rosa Maria de Menezes e seu esposo, o Sr. Manuelito Alves de Menezes resolveram doar parte de sua chácara para concretizar o sonho de construir uma creche para abrigar as crianças enquanto seus pais trabalhavam.

A partir dessa doação, começa então, a luta para conseguir autorização e ajuda para construção desse espaço, encontrando assim forças e contando com a boa vontade outro vizinho que cedeu também parte de sua chácara para delimitação do espaço da Escola Classe Núcleo Rural Córrego do Atoleiro.

No ano de 1994, uniram-se forças com a Associação de Moradores Local, sob a iniciativa do Sr. Raimundo Pereira da Costa, construindo as primeiras instalações: uma sala de aula, um banheiro e uma cozinha, que deram origem à referida escola.

Entregue à comunidade em dezembro de 1994, já ampliada pela Secretaria de Educação, a escola teve como primeira Diretora eleita pela comunidade (pelo período de 09/12/1995 a 06/02/2000, sendo dois mandatos de dois anos cada), a Sra. Edna Maria de Sousa Damasceno. Após sua exoneração, foi nomeada a Sra. Ana Cláudia de Oliveira Sardinha (pelo período de 04/02/2000 a 16/02/2003). Em seguida, foi nomeada como diretora a Sra. Lílian Monteiro de Castro, pelo período de 17/02/2003 a 06/02/2006 e secretário escolar, o Sr. José Carlos Batista. Ainda sob indicação da Diretoria Regional de Ensino de Planaltina, foi nomeada a professora Magda Camarda Bernardes, que atuou pelo período de 06/02/2006 a 07/01/2008, permanecendo à época o secretário escolar José Carlos Batista.

Após este período, iniciou-se o processo de Gestão Compartilhada, onde passou-se a ter o cargo de vice-diretora e de supervisores, até então inexistentes na escola. Candidatas para os cargos de diretora e vice-diretora, Magda Camarda Bernardes e Helisângela Pereira Amor, respectivamente, foram aprovadas mediante avaliação escrita, prova de títulos e ainda eleitas pelo Conselho Escolar com 100% dos votos a favor. Permanecendo com equipe composta por: secretária escolar Sidele de Jesus Silveira, supervisor administrativo José Carlos Batista e supervisor pedagógico Rosilda Barros Silva, por dois mandatos, sendo de 08/01/2008 até 14/02/2012.

A partir de 15/02/12 a 01/01/14, foram eleitas pelo processo de Gestão Democrática novamente Magda Camarda Bernardes, como diretora e Rosilda Barros Silva como vice-diretora, perdendo nesta gestão as funções de supervisores

administrativo e pedagógico, conforme determinação do GDF, restando apenas a secretária escolar Sidele de Jesus Silva, como parte da equipe diretiva.

Conforme Portaria nº 254, de 01/10/13, que regulamenta o processo eleitoral para escolha dos diretores/ vice-diretores e membros do Conselho Escolar das IE's do DF, foi reeleita para a função de diretora, Magda Camarda Bernardes e eleita como vice-diretora Livia Magalhães Ribeiro, permanecendo como secretária escolar Sidele de Jesus Silveira, até julho de 2015. A partir do mês de agosto, foi nomeado para tal função Marcos de Souza Nascimento.

Em razão da Lei Distrital nº 4.751, de 07 de fevereiro de 2012, alterada pela Lei nº 5.713, de 22 de setembro de 2016, foram eleitas, para um mandato de 03 (três) anos para a função de diretora, Magda Camarda Bernardes e vice-diretora, Leonelle Valadares de Oliveira, permanecendo como chefe de secretaria, Marcos de Souza Nascimento.

No pleito eletivo de 2019 para os gestores das escolas públicas do DF, foram eleitas para o biênio 2020 e 2021 a professora Magda Camarda Bernardes para diretora e a professora Cristiane Almeida Barbosa como vice-diretora. Foi nomeada para chefe de secretaria Michele Pereira Silva.

Até o ano de 2019, a Escola Classe Núcleo Rural Córrego do Atoleiro, atendia apenas alunos do 1º ao 4º ano do Ensino Fundamental, a partir daí passou atender também turmas do 5º ano do mesmo segmento. No ano de 2021 a Unidade Escolar ampliou sua modalidade de ensino, passando atender turmas de Educação Infantil, 1º e 2º períodos.

Atualmente o corpo docente é composto por dez professores regentes, uma coordenadora pedagógica, uma coordenadora pedagógica para Educação em Tempo Integral, uma pedagoga Orientadora Educacional e uma Analista de Gestão Educacional. A equipe administrativa da escola conta com a diretora, a vice-diretora, uma chefe de secretaria e uma assistente da carreira assistência readaptada. Os funcionários da limpeza, cantina e vigilância são terceirizados, os quais também têm contribuído de forma significativa para organização da escola como um espaço emancipador, através da participação efetiva para que a escola cumpra seu papel social.

A escola possui um ambiente familiar de ajuda mútua, onde a comunidade participa ativamente do processo educacional, buscando o fortalecimento de laços, no

sistema de parceria escola e família. A partir de 2006, passamos a realizar eventos que privilegiam esta participação, com comemorações dos dias da Páscoa, Festa

Junina, Dia das Crianças, Festa da Família, fazendo com que haja uma maior participação da comunidade escolar.

Em 2020 por meio de emenda parlamentar, a escola obteve recursos financeiros para uma grande reforma, onde as dependências físicas foram reestruturadas, para melhor atender a comunidade escolar, tornando completamente adaptada, funcional e bela.

No dia 23 de março de 2021, foram entregues oficialmente as novas instalações reformadas e ampliadas da Escola Classe Núcleo Rural Córrego do Atoleiro, pelo então Deputado Distrital do DF Agaciel Maia e Bento Reis, Coordenador da Coordenação Regional de Ensino de Planaltina, tendo a diretora Magda Camarda Bernardes inaugurado as novas instalações.

4 DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DA INSTITUIÇÃO EDUCACIONAL

Endereço: DF 345 KM18 N.R. Córrego do Atoleiro

Telefone: (61) 992702994

E-mail: ecnrcorregodoatoleiro@gmail.com

CEP: 73.301-970

CNPJ: 01935266/0001-99

Data de criação: 24/04/1998

Reconhecimento: PORTARIA NO 98, DE 24/04/1998

5 CARACTERÍSTICAS FÍSICAS

Ambiente	Quantitativo
Banheiro (estudantes)	02
Banheiro (servidores e terceirizados)	02
Biblioteca	01
Quadra Coberta	01
Copa para os professores (as)	01

Guarita com banheiro	01
Depósito de material pedagógico (almoxarifado)	01
Depósito (material de limpeza)	01
Dispensa	01
Estacionamento para Veículos	01
Cantina	01
Parque Infantil	01
Pátio Coberto	02
Secretaria	01
Sala de Aula	05
Sala de Direção/ Vice- Direção	01
Espaço Multiuso de Educação Integral	01
Sala de Equipe Especializada de Apoio à Aprendizagem	01
Sala de Reforço	01
Sala de Servidor	01
Sala de Professoras(es)	01
Banheiro PNE	01
Sala de Serviço de Orientação Educacional	01
Lavanderia	01
Sala de Música	01

6 DIAGNÓSTICO DA REALIDADE

A escola está localizada em área urbana de uso controlado, alterado pelo PDOT de 2009, que permanece com totais características rurais, próxima ao Bairro Arapoangas e Vila Buritis IV. A Unidade de Ensino atende estudantes residentes no próprio Núcleo Rural Córrego do Atoleiro e de localidades vizinhas. A maioria das famílias vivem do trabalho autônomo contando apenas com os auxílios do governo através dos programas assistenciais.

No ano letivo de 2008, a escola passou a ser atendida pelo transporte escolar, o que foi uma enorme conquista para a comunidade, pois não há linhas de ônibus que atendam a região. Até a chegada dos ônibus escolares, para irem às aulas, os alunos utilizavam bicicletas, carroças ou iam até mesmo a pé, e isso fazia com que os alunos já chegassem cansados, desestimulados ou deixassem de ir à escola.

Outro fator que interfere na frequência dos alunos é a questão climática, pois quando chove o acesso à escola é dificultado, com formação de crateras nas estradas e atoleiros (razão do nome). Frequentemente a gestora busca parcerias com o DER para amenizar a problemática das estradas.

A comunidade escolar apresenta condições socioeconômicas frágeis, desestrutura familiar, entre outros. O desenvolvimento do processo de ensino-aprendizagem torna-se às vezes dificultoso, porém, tem-se conseguido atingir um bom desempenho pedagógico, social e cultural, buscando adaptação do currículo à realidade do aluno.

No ano de 2020, a unidade de ensino passou por adaptações na sua prática pedagógica, em função do cenário desenhado pela disseminação da pandemia causada pelo Novo Corona vírus (Covid-19). Nesse sentido, o Governador do Distrito Federal assinou o Decreto nº 40.520, de 14 de março de 2020, que a época foi revogado pelo Decreto nº 40.539, de 19 de março de 2020, que dispõe sobre as medidas para enfrentamento ao Covid-19. Dessa forma as aulas passaram a ser mediadas por tecnologia de forma remota.

As circunstâncias impostas pela pandemia da Covid-19 à educação no mundo inteiro provocaram perdas significativas no processo de ensino-aprendizagem durante os anos de 2020 e 2021. Assim sendo a reorganização dos objetivos na perspectiva

do Contínuo Curricular 2020/2021/2022 surgido a época, para fortalecer a prática dos professores quanto às adaptações necessárias nas Propostas Pedagógicas e no planejamento de ensino com a intenção de favorecer o pleno desenvolvimento do educando em todos os aspectos necessários. Assim esta Unidade de Ensino segue com o seu compromisso prioritário de a cada dia buscar suprir todas as carências e déficit de aprendizagem que refletem em nossos estudantes em dias atuais.

Através do trabalho em grupo, gestores e educadores têm percebido a necessidade de estudar e compartilhar suas práticas educativas. Pensando nisso, semanalmente, às quartas-feiras são reservadas para coordenação coletiva temática. Nesse dia busca-se estudar, discutir e elaborar ações concretas para cada uma das situações apresentadas pelas turmas e seus alunos. Atitudes muito válidas, que comprova o caráter positivo e eficaz do trabalho coletivo.

De acordo com as oportunidades oferecidas, os professores têm buscado a formação continuada dentro das necessidades mais urgentes, como a participação em oficinas oferecidas pela escola com os mais diversos temas, a fim de ajudar na capacitação dos mesmos.

7 FUNÇÃO SOCIAL

A escola tem como função social a tarefa de, especialmente, encaminhar ações por meio de processos educativos que despertem o compromisso social dos indivíduos, das entidades e dos grupos sociais, na promoção de mudanças e transformações para o cumprimento do dever educacional, da preparação e formação de alunos através da criticidade e da participação para que sejam cidadãos portadores de uma nova visão de mundo. Para Paulo Freire (1996) a escola tem um papel bem

mais amplo do que simplesmente passar conteúdos: ensinar exige compreender que a educação é uma forma de intervenção no mundo.

O sistema escolar “é um dos fatores mais eficazes de conservação social, pois fornece a aparência de legitimidade às desigualdades sociais, e sanciona a herança cultural e o dom social tratado como dom natural” (BOURDIEU, 1999, p. 41). Pois bem, a escola é agente transformador social, pois visa a formar cidadãos críticos e conscientes, capazes de não só compreender o meio em que vivem, como transformá-lo, ampliando as possibilidades individuais e coletivas. É ela, também, fundamental na sociabilização do indivíduo, primando pela convivência pacífica e respeitosa em todos os âmbitos da sociedade.

A escola tem por finalidade oferecer um ensino de qualidade, com a participação da comunidade. Preocupa-se em ajustar sua maneira de ensinar e selecionar conteúdos de modo a auxiliá-los as várias vivências que são expostas ao seu meio cultural. Como aponta Bueno (2001), a escola não deve ser vista de forma genérica, uma intervenção não funciona em todas as instituições, as ações devem ser pensadas de acordo com a sua história, com a sua cultura, colocando em pauta que cada instituição é única.

De acordo com argumentações de Saviani (1980, 1983) a escola tem a função de promover o homem e, nessa perspectiva, propõe melhorias profundas na formação docente e no ensino discente. Para Gramsci (1979) a escola deve ser unitária e desinteressada, que não aja de forma imediatista, mas conduzindo o aluno ao hábito de estudar, analisar, raciocinar e abstrair.

8 PRINCÍPIOS

A Escola Classe Núcleo Rural Córrego do Atoleiro busca desenvolver sua prática pautada em uma pedagogia fundamentada no processo de construção do aprendizado pela criança como protagonista, propiciando condições ao educando de construir seu próprio conhecimento. As atividades têm o objetivo de fazer o aluno pensar, raciocinar, refletir, questionar, criar, permitindo sempre novos desafios e novas experiências buscando sua competência como cidadão.

A complexidade do fenômeno educativo vem impondo a necessidade de diálogo entre as diferentes áreas do conhecimento tornando a aprendizagem

interdisciplinar. E é nesse enfoque da interdisciplinaridade que buscamos planejar nossas atividades de aprendizagem. A visão não tradicional veio trazer uma nova relação entre professor, aluno e conhecimento.

Nessa perspectiva, quem realiza a aprendizagem é o aluno, cabendo ao professor a função de mediador, criando situações favoráveis e significativas de aprendizagem, tendo a preocupação de observar e levar em conta a bagagem de conhecimentos que o aluno traz consigo.

O professor vai ensinar o aluno aprender a aprender, planejando situações de aprendizagem que permitam os alunos agirem sobre os objetos e estruturarem seu desenvolvimento cognitivo, na medida em que possam transformá-lo. Assim o educador deve ter o domínio dos conteúdos e utilizar dessa capacidade para criar situações específicas que estimulem a resolução de problemas.

8.1 Princípio da Educação em Tempo Integral

A educação deve ser referenciada pela formação integral do ser humano. Em outras palavras, a educação deve contemplar as diversas dimensões que formam o humano, não apenas os aspectos cognitivos. Deve reconhecer os estudantes como sujeitos de direitos e deveres e, decorrente dessa tomada de consciência, torna-se imprescindível proporcionar a eles oportunidades para ampliação de suas dimensões humanas. Segundo o PPP Professor Carlos Mota (2012), a educação integral pode ser vista sob dois aspectos: como concepção e como processo pedagógico.

A educação integral, que tem como pretensão permear todo este Projeto Político-Pedagógico, surge segundo a concepção de educação adotada pela SEDF, conforme a percepção multidimensional do ser humano, reconhecendo que os sujeitos constituem-se a partir de sua integralidade afetiva, cognitiva, física, social, histórica, ética, estética, considerando sempre a perspectiva das relações humanas. (DISTRITO FEDERAL, 2012, p. 49-50).

A educação integral valoriza as aprendizagens significativas que assegurem o domínio da competência e habilidades, de estratégias mentais do ato de aprender, da formação geral do aluno e dos processos criativos. Apoia-se nos princípios de desenvolvimento dos saberes contemporâneos e em um processo educativo que

estimula a criatividade, a construção da autonomia e do pensamento crítico e busca garantir que cada pessoa seja respeitada na sua dignidade e singularidade, proporcionando condições para que os estudantes construam um modelo de mundo com sentido e significados fraternos e solidários.

A Educação Integral é uma concepção de educação que não pode ser confundida somente com a questão de a criança ficar mais tempo na escola. A Escola de Tempo Integral não pode ser vista apenas como um lugar onde crianças de classe baixa vão passar o dia para os pais trabalharem, mas sim um lugar onde serão educadas de maneira a desenvolver todas as suas habilidades, não para fazer o papel da família e da sociedade.

A educação ao longo de toda a vida, segundo Gadotti (2009, p. 32), implica em: Ensinar a pensar, saber se comunicar, saber pesquisar, ter raciocínio lógico, fazer sínteses e elaborações teóricas, saber organizar o seu próprio trabalho, ser independente e autônomo, saber articular o conhecimento com a prática, ser aprendiz autônomo e a distância, enfim, adquirir instrumento para continuar sempre aprendendo.

8.2 Princípios Epistemológicos

O conhecimento individual e coletivo são construções históricas, fundadas na linguagem. Pode ser mais amplamente construído por meio da participação ativa dos sujeitos, da reflexão e da interação social. Implica em uma interação significativa entre o sujeito e o objeto do conhecimento, processo que transforma a ambos, através da renovação das práticas pedagógicas por meio da interdisciplinaridade e contextualização.

No que diz respeito aos Princípios Epistemológicos, a escola desenvolve um trabalho em concordância e aliado ao Currículo em Movimento do Distrito federal e a nova Organização Curricular, partindo do pressuposto de que o educando aprende pensando e desenvolvendo um raciocínio lógico, a partir de variados estímulos, saindo do concreto para o abstrato, assim interiorizando seus conhecimentos e levando-o a construir o seu próprio saber.

8.3 Educação Inclusiva

A Educação Especial, no enfoque proposto pela LDB, cumpre sua especificidade ao possibilitar aos Alunos com Necessidades Educacionais Especiais (ANEE) desenvolver suas competências, ultrapassando os limites de sua situação. Incluir ou integrar Plano Orientador das Ações de Educação Especial nas Escolas Públicas do Distrito Federal (Texto adaptado, 2006), em conformidade com a Lei 9.394/ 96 LDBEN.

A LDB, quando, em seu art. 58, estabelece que a Educação Especial será, “preferencialmente”, oferecida na rede regular de ensino, preocupa-se em possibilitar ao aluno com necessidades especiais a oportunidade de convivência normal com os demais alunos, como forma de ampliar suas potencialidades, proporcionando ao ANEE atendimentos psicopedagógicos adequados à sua condição, atendimento educacional compatível à sua necessidade e propiciar-lhe o desenvolvimento de competências e de habilidades.

Segundo os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN's) da Educação Especial, a escola deve favorecer e estimular a universalização de técnicas, procedimentos e estratégias de ensino de modo a adequar o processo de ensino e aprendizagem, às características, potencialidades e capacidades dos alunos.

Para que a escola cumpra sua função social educacional, garantindo permanência e sucesso, faz-se necessário uma fundamentação teórico-prática que possibilite a universalização do conhecimento, envolvendo a comunidade escolar e a parceria da sociedade como um todo. A partir desses conceitos buscamos uma educação libertadora e transformadora no processo do ensino-aprendizagem baseada nos valores sociais.

Nesta Instituição Educacional os ANEE são enturmadados em classes comuns com adequações curriculares, sob orientação de seu professor, contando também com o auxílio da coordenação pedagógica, com atendimento aos alunos e às famílias, diretamente na Unidade de Ensino. Desenvolvimento de atividades que trabalhem a conscientização junto aos funcionários, alunos e comunidade escolar, contemplando o Dia Nacional de Luta da Pessoa com Deficiência (Lei Federal – Nº 11.133/2005) e a Semana Distrital de Conscientização e Promoção da Educação Inclusiva aos alunos com Necessidades Educacionais Especiais (Lei Distrital - Nº 5.714/2016).

As adequações curriculares correspondem ao conjunto de modificações nos elementos físicos e materiais do ensino, bem como aos recursos pessoais do professor e seu preparo para trabalhar com os alunos. São definidas como alterações ou recursos especiais, materiais ou de comunicação que venham a facilitar o desenvolvimento do currículo escolar pelos ANEE.

9 MISSÃO

Esta Instituição Educacional inspira-se nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tendo por finalidade a oferta do Ensino Público gratuito e de qualidade com a participação e auxílio da família e da comunidade, assegurando o desenvolvimento integral do educando, a formação básica para o trabalho e para a cidadania, além do aprimoramento do mesmo como pessoa humana, incluindo a formação ética, o desenvolvimento da autonomia intelectual, pensamento reflexivo e crítico, e da criatividade, possibilitando condições igualitárias do exercício do pleno direito de escolarização de todos os educandos, mediante programas suplementares ofertados pela Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal, com o suporte das Coordenações Regionais de Ensino, da comunidade e parcerias.

Priorizar as necessidades sociais e educacionais, tomando como base os princípios democráticos, de acordo com a Constituição Federal, voltadas para valorização do trabalho e do saber pedagógico coletivo, voltados para o atendimento dos alunos e da comunidade em que estão inseridos, propiciando para as famílias encaminhamentos para atendimentos necessários, visando, sobretudo, a proposta de formação plena do educando, além de oferecer uma parceria cooperativa com as famílias, incentivando para que estas compreendam o papel real da escola.

Por ser uma instituição social encarregada de estimular o pensar, planejar, executar e avaliar todos os envolvidos no processo atuantes na sociedade, cientes de seus direitos e deveres. Dessa forma, objetivamos estimular e oportunizar a participação da comunidade em atividades que favoreçam a reflexão crítica do fazer pedagógico e organização escolar como um todo, porque acreditamos que a escola e a família, é sem dúvida, uma parceria de sucesso.

10 FUNDAMENTOS TEÓRICOS METODOLÓGICOS

A visão não tradicional veio trazer uma nova relação entre professor, aluno e conhecimento. O aluno torna-se construtor do seu próprio aprendizado, sendo ele o centro do processo. Quem realiza a aprendizagem é o aluno, cabendo ao professor a função de mediador mantendo uma relação interativa com esse aluno e o conhecimento. Para isso o professor cria situações favoráveis e significativas de aprendizagem, tendo a preocupação de observar e levar em conta a bagagem de conhecimentos que o aluno traz consigo.

O professor vai ensinar o aluno aprender a aprender, planejando situações de aprendizagem que permitam os alunos agirem sobre os objetos e estruturarem seu desenvolvimento cognitivo, na medida em que possam transformá-lo. Assim o educador deve ter o domínio dos conteúdos e utilizar dessa capacidade para criar situações específicas que estimulem a resolução de problemas.

Ao aluno cabe o papel essencialmente ativo onde as atividades sejam baseadas na observação, explicação, comparação, análise e argumentação do problema. É necessário que os alunos participem ativamente da aprendizagem, fazendo perguntas e propondo soluções de problemas.

A proposta pedagógica está voltada para proporcionar a comunidade educativa uma vivência baseada nos valores sociais tais como verdade, sensibilidade, autonomia, competência, socialização e respeito.

Uma tomada de decisão implica necessariamente eleger valores, aceitar ou questionar normas, adotar uma ou outra atitude e essas capacidades pode ser desenvolvido através da aprendizagem. É necessário compreender que normas e valores comportam uma dimensão social e pessoal.

Pensar sobre atitudes, valores e normas leva imediatamente a questões do comportamento, pois é um grande desafio hoje se colocar no lugar do outro, compreender seu ponto de vista e suas motivações ao interpretar suas ações. Isso desenvolve a atitude de solidariedade e a capacidade de conviver com as diferenças, fator muito importante no Ensino Fundamental, já que os alunos estão conhecendo e construindo seus valores e a sua capacidade de gerir o próprio conhecimento a partir deles. Assim a escola irá intervir de forma mais permanente e sistemática no desenvolvimento das atitudes.

Enfatizando os seguintes valores essenciais a formação plena do educando: respeito mútuo, justiça, solidariedade e diálogo. Não esquecendo os Temas Transversais que tratam das questões sociais nas diferentes áreas, assim a escola será um lugar onde os valores morais são pensados, refletidos e não meramente impostos ou frutos do hábito.

Seguindo esse princípio, o professor irá procurar formas de levar os alunos a perceberem as qualidades das formas artísticas. O seu papel é o de aguçar a percepção, incentivando a curiosidade, desafiando o conhecimento prévio, aceitando a aprendizagem informal que os alunos trazem para a escola e ao mesmo tempo oferecendo outras perspectivas de conhecimento. Assim o professor é responsável por propiciar um clima de trabalho em que a curiosidade, o constante desafio, a qualidade lúdica e a alegria estejam presentes junto com a paciência, a atenção e o esforço necessários para a continuidade do processo de criação artística.

A vivência do processo educativo tem como objetivo propiciar ao cidadão condições de responder positivamente às grandes necessidades contemporâneas de aprendizagem: aprender a aprender, aprender a fazer, aprender a conviver, aprender a ser e aprender a empreender.

Os valores estéticos, políticos e éticos, organizados sob as premissas básicas da sensibilidade, da igualdade e da identidade, essenciais à formação integral do educando, permeiam a organização curricular, as relações interpessoais, o planejamento, o acompanhamento e a avaliação de todo o trabalho docente, discente, gerencial e administrativo.

A ação pedagógica enfatiza procedimentos capazes de favorecer a compreensão e o domínio dos fundamentos científicos e tecnológicos em que se baseiam os processos produtivos da sociedade atual. O sistema educacional proporciona recursos e meios que atendam às necessidades educacionais de todos os alunos, de modo a oportunizar o seu desenvolvimento e a sua aprendizagem, garantindo: educabilidade de todos os seres humanos; direito à equidade, igualdade de oportunidades educacionais independente dos comprometerimentos que possam apresentar; respeito à dignidade humana; direito à liberdade de aprender e expressar-se; e direito de ser diferente.

A flexibilidade teórico-metodológica e o reconhecimento e a aceitação do pluralismo de ideias constituem elementos essenciais na definição da política pedagógica adotada.

11 ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO PEDAGÓGICO.

O funcionamento dessa Unidade de Ensino se dá nos turnos matutino e vespertino, de segunda-feira a sexta-feira e excepcionalmente aos sábados, de acordo com o Projeto Político-Pedagógico e conforme projeção de dias letivos móveis, definidos na semana pedagógica e previstos no calendário escolar.

Horários:

Matutino (07:30h às 12:30h)

Vespertino (12:45h às 17:45h)

Organizar a escola em ciclos requer que o ensino seja entendido em função das aprendizagens, ou seja, tanto a preocupação referente ao ensino quanto a compreensão sobre o modo como o estudante aprende favorecem a organização do trabalho pedagógico. Ressaltando esse pressuposto, a organização pedagógica dessa Unidade de Ensino apresenta-se da seguinte forma:

Educação Infantil - (1º e 2º Períodos); **1º CICLO**

BIA Bloco Inicial de Alfabetização – (1º, 2º e 3º anos); **2º CICLO**

2º bloco – (4º e 5º anos); **2º CICLO**

TURMAS:

1º ano A	1º ano B	2º ano A	2º ano B	3º ano A	3º ano B	4º ano A	5º ano A	Ed.Inf. 1º P. A	Ed.Inf. 2º P. A
25 alunos	19 alunos	24 alunos	21 alunos	19 alunos	22 alunos	35 alunos	30 alunos	26 alunos	28 alunos

O Currículo em Movimento é o elemento norteador da prática educativa desta UE, uma vez que apresenta os objetivos da ação pedagógica, assim como indica os conteúdos, habilidades, procedimentos e metodologias adequados às reais necessidades dos alunos. As atividades didático-pedagógicas são delineadas a partir da estratégia de avaliar os resultados das ações realizadas em cada bimestre letivo, por meio de gráficos e testes. Inicia-se com o diagnóstico das turmas através da aplicação do teste de psicogênese (BIA) e avaliação diagnóstica (4º e 5º Ano), no qual é possível pontuar o nível cognitivo por aluno em cada ano/turma.

Com base nos saberes dos alunos são elaboradas as intervenções pedagógicas, mediante um planejamento coletivo e adequações do currículo, tendo como objetivo de potencializar o desenvolvimento de competências básicas e melhoria do desempenho acadêmico.

A Equipe Gestora e os professores se organizam de forma coletiva a fim de articular a troca de saberes sobre diversas áreas do conhecimento para viabilizar a organização do trabalho de forma a atender o aluno de maneira diferenciada, intencional, integral e contextualizada.

11.1 Gestoras:

- Magda Camarda Bernardes - matrícula: 037.528-4
- Cristiane Almeida Barbosa - matrícula: 034.714-0

A representação dos gestores deve estar diretamente ligada à transparência, à eficácia e à eficiência da gestão escolar, tanto no que se refere às ações educacionais e sociais do contexto onde está inserida a escola. A defesa pela promoção da gestão democrática e participativa tem buscado a parceria da família, para participar ativamente em todo o processo de gestão. Onde não se espera identificar culpados ou responsáveis pela situação de fracasso escolar e, de outros problemas que a escola possa estar enfrentando, mas antes, que toda a ação da gestão e da família permeie as dimensões da tomada de decisão administrativas e pedagógicas, onde a ênfase recairá sempre em benefício do processo de ensino- aprendizagem e socialização de conhecimentos.

Pode-se afirmar que as atribuições do diretor de escola são aquelas definidas nos instrumentos legais que regulamentam o exercício de sua função, como por exemplo, as leis federais e estaduais de educação como também o próprio regimento interno da escola. Também chamado de adjunto, substituto ou assistente, o vice é o profissional mais próximo do diretor. O papel do vice-diretor é ser o responsável direto pela gestão e conservação da escola na ausência do diretor(a). Colabora de forma direta com o gestor nas ações relacionadas ao administrativo, pedagógico, funcionários terceirizados, relatórios de merenda, recebimento de materiais diversos, alimentação e outros.

11.2 Coordenação pedagógica

A coordenação pedagógica é o momento em que todo o corpo docente, a coordenadora pedagógica e os gestores definem uma linha de trabalho comum (planejamento coletivo) onde são definidos os fins que se pretende alcançar e os meios necessários para que esses fins sejam realmente atingidos.

O Serviço de Coordenação Pedagógica da Escola Classe Núcleo Rural Córrego do Atoleiro tem a seu encargo a articulação entre gestores, professores e familiares de alunos de toda a comunidade. Mediar ações entre a escola e a família deve ser prioridade nas ações desenvolvidas por esse grupo de educadores. Cabe, também mediar as ações entre os vários segmentos da comunidade escolar, da Direção e Conselho Escolar, de forma a viabilizar o desenvolvimento da Proposta Político-Pedagógica, através do desdobramento das ações previstas no Plano Anual da Escola.

A organização das ações requer planejamento, para que a escola cumpra seu papel, faz-se necessário implantar uma sistemática de encontros e reuniões semanais, em que professores, coordenadores e gestores possam estar analisando conjuntamente seu fazer pedagógico.

11.3 Plano de ação do Coordenador Pedagógico 2023.

11.3.1 Coordenadora Pedagógica:

- **Katerynne Gonçalves Montijo** – matrícula 0220.315-4

- 1) Trabalhar em parceria com a equipe gestora, contribuindo para uma administração eficiente e eficaz;
- 2) Auxiliar na revisão e construção do Projeto Político-Pedagógico da escola;
- 3) Discutir e auxiliar nas elaborações de metas e ações para o desenvolvimento escolar;
- 4) Elaborar sua rotina de trabalho, auxiliar nas atividades de produção de materiais;
- 5) Estimular e articular a formação continuada da equipe escolar;
- 6) Organizar o Plano de Formação Continuada da Escola, bem como articular o calendário escolar pedagógico;
- 7) Reservar momentos de estudo para aprofundamento teórico das temáticas a serem trabalhadas;
- 8) Discutir e orientar a equipe docente na elaboração e execução de planos didáticos, adequando-os às necessidades dos alunos;
- 9) Realizar momentos de planejamento didático junto aos docentes;
- 10) Orientar o professor na superação de dificuldades; organizar momentos para esse discurso;
- 11) Contribuir pela qualidade das relações intrapessoais e interpessoais e o intercâmbio de experiências na escola e na rede;
- 12) Promover, em parceria com a equipe gestora, momentos de interação e troca de experiências, onde o grupo possa se conhecer melhor e fortalecer os vínculos;
- 13) Elaborar, em parceria com os demais membros da equipe escolar, os combinados que orientarão o trabalho a ser desenvolvido por todos;
- 14) Participar ativamente da discussão, elaboração, execução e avaliação da proposta pedagógica;
- 15) Reservar momentos de estudo pessoal e formação continuada;

- 16) Acompanhar o planejamento a execução e avaliação das atividades pedagógicas e didáticas e analisar os registros realizados pelos professores nos diários de classe e outros;
- 17) Estimular a utilização de metodologias diversificadas que melhor atendam as diferenças individuais dos alunos;
- 18) Propor estudos sobre estratégias de ensino e sua aplicabilidade prática, considerando a natureza e as modalidades organizativas de conteúdos;
- 19) Promover a integração com a comunidade escolar no processo educativo, realizando, em conjunto com a equipe gestora, atividades que promovam o envolvimento da comunidade escolar;
- 20) Realizar entrevistas com pais e/ou responsáveis, a fim de obter melhores resultados com relação ao comportamento e ao rendimento escolar do aluno, sempre que necessário;
- 21) Planejar, em parceria com os professores, instrumentos de avaliação diagnóstica, discutir os resultados das avaliações e solicitar intervenções quando necessário;
- 22) Organização do mapeamento do rendimento por turma bimestralmente;
- 23) Atendimento individualizado aos alunos que apresentam dificuldades;
- 24) Orientação ao planejamento das atividades de reforço escolar;
- 25) Estabelecer parceria com os grupos de apoio pelo atendimento dos alunos com necessidades especiais e com a Orientadora Pedagoga Educacional.

11.4 Secretaria escolar:

- **Jacqueline Sousa Campos** - matrícula: 247.756-4

É através do secretário escolar e de sua organização, que a escola tem acesso a dados estatísticos de aprendizagem, sociais, familiares e sociais de seus educandos, sendo que esta organização deve ser de fácil acesso a todos os membros da escola com a devida identificação destes documentos.

Na proposta defendida pelo modelo de gestão da Escola Classe Núcleo Rural Córrego do Atoleiro o secretário escolar deve ter como meta constituir-se muito além de um mero executor de tarefas burocráticas, mas de um profissional que esteja capacitado a obter e oferecer dados essenciais para pensar estrategicamente o processo pedagógico da escola.

11.5 Cozinheiras, auxiliares de limpeza e vigilantes terceirizados:

- Rosilene Pereira de Santana Almeida - Cozinheira G&E
- Vera da Silva Neres Santana - Cozinheira G&E
- Marcela Lisboa Ramos – Cozinheira G&E
- Silvia Maria Fernandes- Cozinheira G&E
- Ronivaldo Conceição de Andrade - Auxiliar de Limpeza Juiz de Fora
- Edilson Moreira da Silva Santos - Auxiliar de Limpeza Juiz de Fora
- Meiriane Pereira Lemos Lobato - Auxiliar de Limpeza Juiz de Fora
- Alyne da Silva Santos Pereira - Auxiliar de Limpeza Juiz de Fora
- Edson Vitor Teixeira Estrela _ Vigilância Global
- Ernesto da Silva Santos _ Vigilância Global
- Jefferson de Souza Lobato _ Vigilância Global
- Robson Rodrigues de Oliveira _ Vigilância Global

O grupo de servidores da Escola Classe Núcleo Rural Córrego do Atoleiro têm a função de organizar de forma geral todo o ambiente escolar, arrumar e limpar as salas de aula, pátios, sala da secretaria, direção, etc, zelando pela limpeza dos espaços da escola; cuidar da entrada e saída dos alunos; ter o cuidado e a preocupação de não deixar ninguém destruir ou extraviar o patrimônio público; monitorar as atividades dos alunos no momento do intervalo entre outros.

11.6 Professores efetivos:

- Carla de Oliveira Ferreira – matrícula 031.722-5 /Turma 2º ano “A”

- Débora Regina de Souza – matrícula 035.288-8 /Turma 3º ano “A”.
- Sadênia Elina da Silva – matrícula 034.596-2 /Turma 2º ano “B”.
- Jussara Costa Bernardes – matrícula 039.500-5 /Coordenadora “ETI”.
- Érica Abadia Fernandes de Souza – matrícula 0241.855-X / Turma 1º ano “B”.
- Tatianny Michelle G. da Silva- matrícula 0223.653-1 / Turma 3º ano “B”.
- Katerynne Gonçalves Montijo – matrícula 0220315-4-X/ Coord. Pedagógica.

11.7 Professores contrato temporário:

- Marcela Santana da Silva- CT 7002.983-0 /Turma 1º Período.
- Marcelo de Souza Alvarenga - matrícula CT 7002.333-6 /Turma 1º ano “A”.
- Cíntia Pascalli Sales Pacheco- matrícula CT 7003.009-X/ /Turma 2º Período.
- Daniela Florêncio Duarte – matrícula CT 7002.963-6 /Turma 4º ano.
- Thais Maria de Sousa Oliveira - matrícula CT 7014852-X /Turma 5º ano.
- Raimundo G. dos Santos Junior- matrícula CT 7003.879-1 / ETI.
- Raiza Alcantara Sousa – matrícula CT 7003.900-3 / ETI.
- Gilcilene Mendes da Silva - matrícula CT 7003.828-7 / ETI.
- Iara Dias de Araujo - matrícula CT7012528-7 / ETI.

Os educadores da Escola Classe Núcleo Rural Córrego do Atoleiro têm como proposta estimular, orientar e mediar meios para facilitar e efetivar o ensino-aprendizagem.

O perfil destes é compatível com o professor reflexivo- pesquisador, sempre buscando caminhos para motivar e oferecer condições para que o aluno aprenda a aprender. É estimulado a capacitação e formação continuada.

11.8 Pedagogo orientador educacional:

- Maria do Socorro Odeodato da Silva – matrícula 0243.721-X.

De acordo com a Orientação Pedagógica da Orientação Educacional o(a) Pedagogo(a) – Orientador(a) Educacional integra a equipe pedagógica da Unidade Escolar incorporando suas ações ao processo educativo global, na perspectiva da Educação em e para os Direitos Humanos, Cidadania, Diversidade e Sustentabilidade, objetivando a aprendizagem e o desenvolvimento integral do estudante. (2019, p. 30). Tendo em vista o que está preconizado no Regimento da rede pública de ensino do Distrito Federal, disposto no Art. 127.

A atuação do Pedagogo-Orientador Educacional deve partir do princípio da ação coletiva, contextualizada, integrada à Proposta Política Pedagógica – PPP da unidade escolar, visando à aprendizagem e ao desenvolvimento integral do estudante como ser autônomo, crítico, participativo, criativo e protagonista, capaz de interagir no meio social e escolar e de exercer sua cidadania com responsabilidade. (2019, p.59). Assim sendo, o planejamento da Orientação Educacional para o presente ano letivo:

- Consolidação do ambiente favorável à aprendizagem – Promoção do envolvimento e compromisso da família com a vida escolar do estudante – Implementação da Orientação Educacional – Diminuição da evasão escolar.

11.9 ESV (Educador Social Voluntário):

- Caroline Batista dos Anjos
- Maria das Dores Neta

O Programa Educador Social Voluntário – ESV – tem como objetivo oferecer suporte complementar às atividades de Educação em Tempo Integral, do Ensino Fundamental e Educação Infantil, e aos estudantes da Educação Especial. O ESV auxilia nas unidades escolares sob orientação das equipes gestoras, cumprindo com responsabilidade, pontualidade e assiduidade suas obrigações junto ao Programa. Regido pela Lei Distrital nº 3506/2004 e pelo Decreto Distrital nº 37010 de dezembro de 2015, o Educador Social Voluntário tem suas funções definidas em Portaria própria publicada anualmente pela Secretaria de Estado de Educação.

11.9.1 Analista de Gestão Educacional:

Creusimar Bezerra Da Rocha - matrícula 0253226-3

As atribuições deste é dar suporte operacional às atividades de cuidado, higiene e estímulo de criança (PCD), no âmbito do ambiente escolar.

11.9.2 Técnico em Política Pública Gestão Educacional Copa e Cozinha:

Tatiane da Conceição Oliveira - matrícula 030899-4 / Readaptada

12 ESTRATÉGIAS DE AVALIAÇÃO:

Avaliação Diagnóstica - realizada logo no início do ano letivo, e no decorrer do processo educacional outras avaliações vão sendo ministradas com objetivos diferenciados.

O Conselho de Classe é de caráter participativo, realizado bimestralmente para discutirmos os resultados alcançados, os objetivos que precisam ser reformulados bem como o grau de eficácia dos tipos de avaliações dadas.

Buscamos melhorar e vigiar constantemente em relação ao hábito de rotularmos o alunado, seja por esse ou aquele comportamento, mas de aproveitarmos a ocasião para analisarmos até que ponto nossas próprias ações pedagógicas estão contribuindo ou não para este ou aquele comportamento, traçando assim metas a serem alcançadas.

Para sabermos o que avaliar, não podemos ignorar os objetivos definidos no planejamento, as habilidades e as competências a serem desenvolvidas, a contextualização, a cultura, os hábitos, as crenças, a linguagem e a visão de mundo.

A Avaliação Formativa tem, nesse sentido, como objetivo identificar e conhecer o que o aluno já aprendeu e o que ele ainda não aprendeu, a fim de que se providenciem os meios necessários à continuidade dos seus estudos. Assim é vista como uma grande aliada do aluno e do professor, porque possibilita a co-responsabilidade e a reorganização do trabalho pedagógico da instituição educacional e da sala de aula. Não se avalia apenas para atribuir nota, conceito ou menção, nem somente para aprovar ou reter o aluno.

Todos os esforços da Unidade de Ensino são envolvidos para que a aprendizagem se realize promovendo o desenvolvimento do aluno – aprender é um direito de cada aluno. Portanto, a avaliação está a serviço da aprendizagem enquanto

o trabalho se desenvolve; avaliação e aprendizagem andam de mãos dadas – a avaliação sempre orientando os rumos da aprendizagem.

Os resultados das avaliações são registrados sob forma de relatórios individuais discursivos, repassados aos pais ao final de cada bimestre para os alunos do Ensino Fundamental e ao final de cada semestre para os alunos da Educação Infantil, permanecendo como instrumento oficial o Registro de Avaliação – RAV.

A avaliação formativa é defendida pelo sistema educacional na atualidade, por entendimento de ser essa, voltada para a avaliação da aprendizagem contínua, no decorrer do processo. Dessa forma pode-se entender que é o sentido da avaliação para as aprendizagens e não simplesmente da avaliação das aprendizagens.

A abrangência de significado que a avaliação formativa assume pode ser reconhecida no texto do documento abaixo, a partir da seguinte análise:

A avaliação formativa torna-se elemento da formação contínua porque exige, também, estudo e formação em avaliação e em outras temáticas a ela relacionadas. A avaliação diagnóstica e a auto avaliação entram neste cenário como potencializadoras da avaliação formativa. A primeira porque não se dissocia do fazer e das observações diárias que devem ser registradas, a segunda porque auto avaliar-se é a maneira pela qual o estudante e demais atores da escola podem se inserir e aprender sobre si enquanto aprendem. Para que este processo auto avaliativo ocorra é indispensável que o estudante e os profissionais da escola conheçam os critérios da avaliação e os objetivos do trabalho pedagógico (BRASIL, 2014, p. 10).

O presente documento traz para cada uma das etapas e modalidades de ensino uma expectativa e propostas próprias, levando-se em conta especialmente, a clientela e os objetivos que se espera alcançar em cada uma delas. Na Educação Infantil, a avaliação se dá principalmente pela observação sistemática, registro em caderno de campo, fichas, questionários, relatórios, portfólios (exposição das produções pelas crianças). As reflexões, análises e inferências oriundas dessa sistemática compõem o Relatório de Avaliação - RAV, com sistematização semestral, porém sua elaboração é diária.

A avaliação formativa desenvolvida em todo o Ciclo e prevista no Projeto Político-Pedagógico da escola terá como principal referência o Currículo da Educação Básica da SEDF, a partir do qual as escolas elaborarão suas propostas curriculares:

organizando os conteúdos de forma integrada e flexível; planejando coletivamente diferentes procedimentos metodológicos; diversificando os procedimentos de avaliação da aprendizagem, resguardando os ritmos diferenciados e a heterogeneidade, característica dos processos de aprendizagem humana; realizando processos contínuos de compartilhamento de experiências, saberes e de reflexão conjunta acerca da evolução do desenvolvimento de cada aluno e da turma, nos espaços/tempos destinados às coordenações pedagógicas coletivas e Conselho de Classe. (BRASIL, 2013, p. 69).

Para que a avaliação formativa se processe é necessário: selecionar objetivos e conteúdos e distribuí-los em pequenas unidades de ensino; formular esses objetivos, com vistas à avaliação, em termos de comportamento observável; tomar como referência (para formulação de objetivos e construção de questões) um quadro ou esquema teórico, que facilite a identificação de áreas de dificuldades ou insuficiências;

feedback frequente tanto do professor quanto do aluno, isto é, utilização da informação para corrigir erros, ou para reforçar comportamentos bem sucedidos. Os objetivos estipulados devem ser alcançados antes de prosseguir para uma etapa subsequente de ensino-aprendizagem.

O **SAEB**, Sistema de Avaliação da Educação Básica, é um sistema composto por três avaliações externas, que são aplicadas em larga escala e que têm como principal objetivo diagnosticar a Educação Básica do Brasil. Ou seja, ele avalia a educação nacional em suas diversas esferas.

O principal objetivo do Saeb é avaliar a qualidade, a equidade e a eficiência da educação praticada no Brasil para que o monitoramento e o aprimoramento de políticas educacionais tenham base em evidências. São os resultados obtidos pelas avaliações, junto às taxas de aprovação, reprovação e abandono apuradas pelo Censo Escolar, que compõem o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb).

A Escola Classe Núcleo Rural Córrego do Atoleiro teve sua primeira participação no SAEB no ano letivo de 2019, onde o 5º ano do Ensino Fundamental, obteve nota **(5.5)**, portanto escola possui uma meta de **(5.8)** para o próximo **IDEB**.

A Avaliação Institucional é o processo de avaliação inserida em instituições educacionais, com o objetivo de melhorar a qualidade do ensino, bem como aspectos relacionados à melhoria no atendimento e articulação entre a educação e o processo de crescimento intelectual do indivíduo, bem como contribuir com o desenvolvimento sócio cultural do país.

Fernandes (2001) define avaliação institucional como: (...) um processo global, contínuo e sistemático, competente e legítimo, participativo, que pode envolver agentes internos e externos na formulação de subsídios para a melhoria da qualidade da instituição escolar.

A partir dessa definição percebe-se a Avaliação Institucional como àquela que envolve a análise das ações coletivas, como elas estão sendo realizadas e como envolvem o processo e os resultados obtidos a partir das metas a serem alcançadas nos âmbitos pedagógicos, administrativos e sociais.

A construção da avaliação institucional deve envolver todo o coletivo escolar, buscando identificar qualidades e fragilidades das instituições e do sistema. Para isso deve envolver todos os segmentos da instituição. Tendo como embasamento as

políticas educacionais comprometidas com a transformação social e o aprimoramento da gestão escolar e da educação pública oferecida na Rede Estadual, legitimando de fato esse processo, através desta participação coletiva tanto no planejamento como na execução da proposta, estando atrelada ao projeto político pedagógico consolidado na escola (LIBÂNEO, 2001).

Segundo Buriasco (2000), constitui a verdadeira função da avaliação na aprendizagem deve ser a de auxiliar na construção de aquisição de aprendizagem satisfatória. Para esse autor é nessa perspectiva que devem ser analisados os resultados dos alunos, pois o mais importante não é o resultado pronto, ou aquela nota que o aluno tirou, mas o que ele realmente aprendeu e como esse conhecimento pode servir-lhe de forma satisfatória.

Sordi e Ludke (2009), destaca que fica marcada a contribuição das ações referentes à avaliação da instituição, também, no processo de ensino- aprendizagem, ou seja, envolvendo professores e alunos, conseqüentemente por trazer para a discussão os problemas da escola que repercutem na aprendizagem dos alunos.

A avaliação institucional, que já foi vista como um instrumento de controle burocrático e centralizador tem o foco mudado, quando atualmente, ela passa a ser institucionalizada, passa a ser compreendida como um processo necessário da administração do ensino, forma de analisar o que precisa e como deve ser feito para a melhoria do ensino e da pesquisa e como exigência da democratização. Mesmo assim, ela encontra resistências e não se constitui numa prática constante (GADOTTI, 2000).

13 ORGANIZAÇÃO CURRICULAR

A Educação Infantil em nossa Unidade de Ensino foi implantada no ano letivo de 2021 para o 1º e 2º Períodos, ela é a primeira etapa da educação básica, atende crianças de zero a cinco anos de idade, que estão tendo os primeiros contatos com a escola e seu principal objetivo é promover nos pequenos estudantes o desenvolvimento dos aspectos físico, motor, cognitivo, social e emocional, além de fomentar a exploração, as descobertas e a experimentação. É nessa fase também que as crianças começam interagir com as pessoas de fora do seu círculo familiar e comunitário, principalmente através da realização de jogos e atividades que envolvem a ludicidade.

A 2ª edição do Currículo em Movimento do Distrito Federal para a Educação Infantil oferece aspectos que norteiam e subsidiam as instituições de educação coletiva para a primeira infância na elaboração, desenvolvimento e avaliação de suas Propostas Pedagógicas, com o objetivo de ofertar um atendimento educativo de qualidade aos bebês, às crianças bem pequenas e às crianças pequenas, alinhando-se às Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Infantil – DCNEI e à Base Nacional Comum Curricular – BNCC, entre outros documentos legais.

A Educação Infantil é duplamente protegida pela Constituição Federal – CF (BRASIL, 1988): tanto é direito das crianças com idade entre zero e cinco anos (Art. 208, IV), como é direito das trabalhadoras e dos trabalhadores das cidades e do campo em relação às suas filhas, filhos e dependentes (Art. 7, XXV). Ou seja, a Educação Infantil ilustra a relação recíproca que caracteriza os direitos humanos ao unir o direito à educação e ao trabalho. Nesse sentido, a Educação Infantil volta-se como expressão dos direitos humanos, com foco na dignidade e no direito de aprendizagem das crianças. Além disso, representa possibilidades de emancipação, uma vez que a garantia de oferta da Educação Infantil viabiliza o ingresso ou permanência de trabalhadoras e trabalhadores, com destaque às mulheres, no mercado de trabalho.

A Educação Infantil, segundo os artigos 29 e 30 da LDB é a “primeira etapa da Educação Básica”. Essa lei consagra definitivamente o atendimento às crianças de até cinco anos de idade, como parte da estrutura e do funcionamento dos sistemas educacionais. Seguindo a mesma direção, a BNCC define o conjunto orgânico e progressivo de aprendizagens essenciais para a Educação Infantil e demais etapas da Educação Básica, afirmando a necessidade e importância de atendimento educativo às crianças da primeira infância. A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) é um documento de caráter normativo que define o conjunto orgânico e progressivo de aprendizagens essenciais que todos os alunos devem desenvolver ao longo das etapas e modalidades da Educação Básica, de modo a que tenham assegurados seus direitos de aprendizagem e desenvolvimento, em conformidade com o que preceitua o Plano Nacional de Educação (BRASIL, 2017, p. 05).

A Resolução do Conselho Nacional de Educação nº 5, de 17 de dezembro de 2009, fixa as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil. Esse documento delibera, em seu artigo 9º, que as práticas pedagógicas que compõem a

proposta curricular da Educação Infantil devem ter como eixos norteadores a brincadeira e as interações. Assim, a SEEDF adota como Eixos Integradores do Currículo estes elementos basilares do trabalho educativo com as crianças: Educar e Cuidar, Brincar e Interagir. Tais eixos precisam ser considerados juntamente com os Eixos Transversais do Currículo em Movimento: Educação para a Diversidade; Cidadania e Educação em e para os Direitos Humanos e Educação para a Sustentabilidade.

Durante a inserção inicial, as instituições que ofertam Educação Infantil devem favorecer um ambiente físico e social onde as crianças se sintam protegidas, acolhidas e seguras para arriscarem e enfrentarem desafios. Em relação à transição para o Ensino Fundamental, as DCNEI recomendam: Na transição para o Ensino Fundamental a proposta pedagógica deve prever formas para garantir a continuidade no processo de aprendizagem e desenvolvimento das crianças, respeitando as especificidades etárias, sem antecipação de conteúdos que serão trabalhados no Ensino Fundamental (BRASIL, 2010a, p. 30).

Ler, estudar e discutir os currículos tanto da Educação Infantil quanto do Ensino Fundamental, mais especificamente dos anos que compreendem o Bloco Inicial de Alfabetização – BIA do 2º Ciclo; é muito necessário para se estabelecer um diálogo entre as etapas, com ações que superem a tradicional dicotomia que tem contaminado essa passagem.

O Ensino Fundamental em nossa Unidade Escolar atende crianças de 6 a 9/10 anos, em consonância com a implantação do Ensino Fundamental de 9 Anos, em atendimento à Lei nº. 11.274, de 6 de fevereiro de 2006.

Em cada etapa da Educação Básica, o currículo aponta para a aquisição de habilidades e competências adequadas ao nível de desenvolvimento e maturidade do educando, considerando ainda suas experiências e oportunidades vivenciadas na família, na instituição educacional e no meio social em que está inserido.

A LDB, em seu art. 32, afirma que o Ensino Fundamental obrigatório, com duração de 9 anos, gratuito na instituição educacional pública, iniciando-se aos 6 anos de idade.

O currículo da Educação Básica das Escolas Públicas do Distrito Federal propõe um ensino voltado para competências e habilidades, privilegia a aquisição de aprendizagens significativas relaciona teoria e prática, planejamento e ação.

Destacamos a interdisciplinaridade das Áreas de Conhecimento ao desenvolvimento de temas transversais relacionados à educação ambiental, saúde, sexualidade, vida familiar e social, ciência, cultura, oportunizando a constituição do saber aliado ao exercício da cidadania plena e atualização de conhecimentos e valores, em uma perspectiva crítica e contextualizada.

Na parte diversificada, o currículo sugere a realização de projetos e atividades de interesse da comunidade local e ou regional, integrados à Base Nacional Comum, direcionados a um tratamento pedagógico em que valorize a interdisciplinaridade entre as diversas áreas de conhecimento.

Os conteúdos referentes à história e cultura afro-brasileira e dos povos indígenas brasileiros serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de educação artística e de literatura e história brasileiras, em conformidade com as Leis 10.639/ 2003 e 11.645/ 2008.

Nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental o currículo enfatiza a assimilação de conceitos e o desenvolvimento das estruturas cognitivas. A introdução do aluno no mundo letrado deverá ser o mais agradável possível. Nesse período deve ser alvo de atenção a estruturação do raciocínio lógico matemático para que a habilidade de dominar esses conceitos no futuro não fique bloqueada.

Em decorrência da implantação do Ensino Fundamental de 09 anos, conforme Lei Nº 11.274/06, a Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal, no ano de 2008, universalizou a todas as crianças de seis anos no ensino fundamental.

Com esses e outros pontos em mente, os professores tem objetivado um trabalho da seguinte forma:

1º Período/ 2º Período da Ed. Infantil - É preciso sensibilidade para o acolhimento, para a inserção e para as diversas possibilidades de transição que ocorrem na Educação Infantil. Nesta etapa as aprendizagens e o desenvolvimento das crianças têm como eixos estruturantes o educar e o cuidar, bem como o brincar e o interagir. Portanto, fica claro que essa etapa da Educação Básica não se organiza com base em conteúdo, componentes curriculares ou áreas do conhecimento. As crianças têm muito a aprender. Suas aprendizagens devem se apoiar nos direitos de conviver, brincar, participar, explorar, expressar e se conhecer.

1º Ano / BIA - Constantemente enfocando a formação de hábitos e atitudes que irão contribuir para aquisição de conhecimentos futuros e de valores essenciais a

vida em sociedade. Todos são estimulados com atividades dinâmicas para que possam ter acesso desde cedo ao mundo escrito visto que em casa não tem acesso à cultura escrita. São lidas histórias diariamente explorando o uso de listas e brincadeiras. Nessas atividades eles são levados a pensar a escrita, tornando-a um objeto curioso a ser pesquisado. Como a formação de leitores é uma grande preocupação do coletivo, atividades direcionadas a leitura têm sido desenvolvidas desde cedo. O uso de jogos e brincadeiras envolvendo quantidades tem sido explorado com muita frequência. Levando em conta as particularidades de cada criança as atividades têm sido desenvolvidas respeitando a trajetória de vida de cada um. Ao término desta etapa o aluno deverá ter tido o processo de alfabetização introduzido de forma geral, tendo alcançado o nível Silábico Alfabético / Alfabético de escrita.

2º ano / BIA – São desenvolvidas canções, poesias e parlendas às crianças ainda não alfabetizadas para que se consiga a incrível magia de se fazer à criança ler sem saber ler. Trabalhar com diferentes tipos de textos, bem como um bom livro é fundamental para cativar a turma. O trabalho com material concreto tem-se mostrado útil na contextualização das propostas matemáticas. A habilidade relacionada às áreas de geografia, história, ciências naturais são enfocadas através de atividades diversificadas muitas vezes tendo como ponto de partida o livro didático. Ao término desta etapa o aluno deverá ter tido o processo de alfabetização aprimorado, tendo alcançado o nível Alfabético / Alfabetizado de escrita.

3º ano / BIA – As habilidades são trabalhadas levando em conta o diagnóstico feito logo no início do ano letivo. Assim, os procedimentos adotados levam em conta as reais habilidades desenvolvidas anteriormente, visando à continuidade do desenvolvimento cognitivo reforçando o aprender a aprender através das diversas atividades sugeridas no currículo. Ao término desta etapa o aluno deverá ter tido o processo de alfabetização consolidado, tendo alcançado o nível Alfabetizado de escrita.

4º ano (2º ciclo) - nessa etapa é dada uma ênfase maior em trabalhos que envolvam pesquisas, entrevistas seminários e dramatização. Oportunizando aos educandos o desenvolvimento de sua livre expressão e conseqüentemente uma reflexão mais crítica sobre a sociedade. Utilizando-se de diferentes textos e meios de comunicação as áreas de conhecimento são organizadas de forma tal para que os

alunos possam produzir e refletir em cima de suas produções. Nesta série objetiva-se que os alunos estejam com a Alfabetização consolidada, imbuídos de autonomia para assim terem aprimorado o processo de Ensino Aprendizagem.

5º ano (2º ciclo) – devem ser oportunizadas situações de letramento que retomem, aprofundem e ampliem conteúdos num desenvolvimento em espiral do currículo; aumentando a competência comunicativa para expressar-se de forma adequada nas diversas situações e práticas sociais, de modo a resolver problemas da vida cotidiana, ter acesso aos bens culturais e alcançar participação plena no mundo letrado.

A linguagem oral terá um enfoque especial na classe do 1º ano do Ensino Fundamental de 9 anos, através de incentivos a exposição oral, narração de histórias, descrição de cenários, relatos de experiências, sentimentos, ideias e opiniões. O professor incentivará o hábito da leitura entre os alunos, estimulando a leitura diária e o uso de textos diversificados.

Organizar projetos junto com a classe é uma excelente oportunidade para os alunos produzirem textos com uma intenção clara. De acordo com a proposta curricular, criar oportunidades para que os alunos escrevam textos diversificados e de aplicação prática. O ensino da gramática deve se dar com o objetivo de melhorar a produção escrita dos alunos e dentro da capacidade dos mesmos.

Por ser um tema transversal associaremos a Pluralidade cultural às outras disciplinas. O trabalho de geografia poderá ser vivenciado na prática, visto que a escola está situada numa área propícia para tal estudo. A fim de ajudar os alunos adquirir consciência sobre as questões ambientais promover atividades de mobilização na escola e na comunidade acerca da poluição, desequilíbrios ecológicos, saneamento básico (tratamento de esgoto).

A curiosidade será a nossa principal aliada no ensino das ciências naturais, através de Projetos voltados para os campos de alimentação, saúde, higiene, onde serão exploradas a interdisciplinaridade com outras áreas curriculares, como língua portuguesa, matemática, história, geografia e artes.

Através da Educação física e de outras atividades corporais será dada a oportunidade para os alunos respeitarem o próximo, sendo incentivados a repudiarem a violência em todas as suas formas. Reforçaremos temas sobre a sexualidade em vista do aumento dos casos de gravidez entre adolescentes e o risco de contaminação

através de DSTs (Educação em Gênero e Sexualidade; Resol. Nº 01/2012 CEDF - 02/2013 CEDF – 13/2010 SEDF.

O ensino de história não será voltado para o ato de decorar nomes e datas de forma centralizadora, mas sim com intuito de estimular os alunos a refletirem e fazerem descobertas, por isso, o trabalho será feito através de eixos temáticos, para 1º e 2º ano, o eixo será a história local e o cotidiano, no 3º e 4º ano, o eixo é a história das organizações populacionais, tomando como eixo principal os diversos aspectos da história, da cultura e da formação da população brasileira, a partir dos dois grupos étnicos, tais como o estudo da história da África e dos africanos, a luta dos negros e dos povos indígenas, resgatando as suas contribuições nas áreas social, econômica e política, pertinentes à história do Brasil.

No que diz respeito ao ensino da matemática usaremos fatos do dia-a-dia, fazendo uso em sala de aula de jogos interventivos que são excelentes instrumentos para o desenvolvimento de diversas habilidades matemáticas.

O ensino de arte estará em todas as disciplinas, pois ajuda a compreender outras áreas do conhecimento. Por isso a sugestão é que os trabalhos manuais, as artes visuais e danças venham a fazer parte das atividades da classe, atendo-se sempre e cuidando para que os alunos entrem no clima e trabalhem com concentração e ampliação da coordenação motora, dos sentidos, da criatividade e ludicidade.

É necessário compreender que, para a efetivação dos Direitos Humanos e da Cultura de Paz, é imprescindível a sua prática cotidiana, na qual a educação é um fator essencial, capaz de incentivar a reflexão crítica e a transformação de realidades violentas, excludentes e preconceituosas. Ao reconhecer o caráter formativo e emancipador da educação, seu intenso raio de profusão, reconhece-se nela uma poderosa ferramenta para a efetivação desses direitos.

Neste intuito a Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal (SEEDF), por meio da Subsecretaria de Educação Básica (SUBEB), com o objetivo de realizar ações para a materialização da Cultura de Paz e a conscientização, prevenção e combate a todos os tipos de violência (BRASIL, 2018), nos traz o **Caderno Orientador “Convivência Escolar e Cultura de Paz”** onde muito do nosso trabalho voltado para a Educação para a Diversidade, Cidadania e Educação em e para os Direitos Humanos, são pautados.

14 PLANO DE AÇÃO PARA A IMPLEMENTAÇÃO DO PPP

A educação caminhando para esta direção, desenvolvendo a criança como cidadã para atuar no seu meio, pode contribuir para o processo de transformação da sociedade “não se faz uma sociedade para um novo tempo sem transformar um novo ser humano” (CAMPOS, 2010, p. 63). É a escola preocupada em educar de forma mais humanizada e transformadora.

A escola, o Projeto Político Pedagógico, o currículo, a comunidade, as políticas públicas são partes que, juntas poderão alcançar uma educação integral, com a utilização de recursos e habilidades, com diálogo entre todos os envolvidos, na perspectiva de uma educação que englobe raciocínio, criatividade, afetividade, emoção e preparo para a cidadania.

De acordo com Antunes (1999) é de suma importância que os professores partam de uma prática pedagógica que vai além de sua missão tradicional e que a comunidade e os pais devem se envolver mais com a escola. Valorizar a inteligência emocional, as possibilidades que a criança possa desenvolver e não apenas a quantidade de conhecimentos adquiridos.

15 GESTÃO PEDAGÓGICA

Atualmente a escola se depara com desafios para atender a diversidade dos indivíduos que dela participam, respeitando e valorizando as diferenças e oportunizando a todos com equidade de condições. A gestão será de forma participativa e inclusiva, oferecendo igualdade de oportunidades, mas que efetivamente revele uma diversidade no interior de seu projeto socioeducativo e tendo como pressuposto que a heterogeneidade é fundamental na ação educativa.

As atividades terão acompanhamento da equipe pedagógica e da gestão, com orientações contidas no PPP, sempre retomadas e dialogadas, quando necessário, para encontrarmos os melhores resultados.

- Através de reuniões pedagógicas, sensibilizar os professores da necessidade de encontrar caminhos adequados e prazerosos para a concretização do processo ensino-aprendizagem, construindo, dessa forma, um ambiente

estimulador e agradável. Uma pedagogia centrada no aluno e não só em conteúdo;

- Conscientizar os docentes da importância do trabalho em equipe para obtenção de um funcionamento integral da Escola, estimulando uma relação de igualdade, respeito e consideração mútuos;
- Através de reuniões, manter contato direto e transparente com a comunidade, construindo um relacionamento harmonioso de forma que os pais percebam a importância de sua participação para a concretização de uma Escola de qualidade;
- Garantir o desenvolvimento do Currículo da Educação Básica-Ensino Fundamental (Educação Infantil e Séries Iniciais do Ensino Fundamental);
- Realizar acompanhamento sistemático dos resultados escolares e buscar soluções na melhoria destes;
- Diminuir o índice de retenção;
- Promover a educação inclusiva e o respeito às diferenças visto que as mesmas são inerentes à espécie humana;
- Estreitar relações escola-família, visando maior interação escola-comunidade para obter os resultados esperados;
- Promover a interatividade com os estudantes: incentivar e realizar gincanas culturais, cívicas e esportivas, exposições, competições, teatros, festivais, feiras, festas populares, desenvolvendo a criatividade, a arte, a iniciativa e o espírito de equipe dos alunos;
- Promover, nas coordenações pedagógicas, grupos de estudo envolvendo temas de interesse dos professores, incluindo-se também documentos que norteiam a Educação Básica (LDB, Currículo, Regimento das Escolas Públicas, entre outros);

- Estimular todos os profissionais da educação à qualificação e ao aperfeiçoamento profissional, oferecendo condições e incentivo para participarem de cursos, seminários, encontros, palestras, entre outros;
- Manter atualizado o Instagram da escola com a divulgação das atividades realizadas, produções dos alunos, professores e comunidade local, dado o seu potencial como ferramenta democrática de divulgação do trabalho desenvolvido na instituição.
- Realizar reuniões bimestrais com o intuito de avaliar o trabalho desenvolvido por todos os segmentos da escola (direção, secretaria, professores e servidores);
- Promover a avaliação da proposta pedagógica da escola, com a participação de toda a comunidade escolar;

16 GESTÃO FINANCEIRA

Os recursos financeiros da ECNRCA são provenientes do PDDE (Governo Federal) e PDAF (Governo Distrital), que são administrados pela equipe diretiva, sob supervisão do Conselho Escolar e do Conselho Fiscal. Outros recursos advêm de festas e/ou doações e emendas parlamentares.

17 GESTÃO ADMINISTRATIVA

Dentro das atribuições, a gestão administrativa esforça-se em:

- Buscar recursos para melhorias da adequação física da escola;
- Realizar parceria com toda a comunidade escolar e local, mobilizando com fins de conservação do patrimônio físico da escola;
- Garantir a execução dos recursos financeiros em parceria com o Conselho Escolar;
- Propiciar melhorias no mobiliário e equipamentos para os ambientes da Biblioteca, salas de aula, secretaria, sala dos professores, direção, guarita, proporcionando melhores condições de trabalho em todos os segmentos da escola;

- Buscar parcerias com instituição pública e privada visando contribuir para o bom desenvolvimento da escola;
- Manter a escola como um espaço prazeroso: relacionamento interpessoal harmônico, adequação do espaço físico sempre que necessário, contribuindo para o bem estar de todos.

18 GESTÃO DE PESSOAS

Uma instituição, por si só, não tem identidade, muito menos história. São as pessoas que lhe dão forma e rosto. Na ECNRCA os colaboradores, sejam professores, funcionários ou monitores, são considerados sujeitos históricos e sociais, que imprimem, no seu fazer diário, a dinamicidade necessária para a materialização de seus projetos.

Para que possamos manter um ambiente saudável, temos que primar pela organização do ambiente de trabalho, evitando assim, desencontro de informações, desentendimento entre os setores da escola. A equipe de gestão, deve estar atenta aos acontecimentos da escola, para que, quando for indagada sobre qualquer informação relacionada a escola, possa fornecer informações precisas, evitando falhas na comunicação.

É de vital importância, o entendimento de todos sobre as regras de convivência da escola, que as mesmas sejam seguidas por todos, para que possamos manter a organização necessária para o bom funcionamento da instituição.

19 GESTÃO DE RESULTADOS EDUCACIONAIS

As atividades desenvolvidas em nossa escola têm como reflexos a discussão sobre as taxas de evasão, aprovação e retenção. No trabalho pedagógico desenvolvido na parte avaliativa tem como princípios a avaliação simultânea, permanente, formativa, continua.

Assim, temos como meta diminuir as retenções através da diversificação metodológica e pedagógica, para que se possa ter maior aproveitamento pelos alunos, como o uso de recursos tecnológicos, acompanhamento de frequência e adoção de

medidas de orientação aos pais e alunos referentes às faltas e os prejuízos que esta resulta para os alunos. Trabalhamos sempre nossos profissionais, orientando para que os mesmos motivem seus alunos através da dinamicidade em suas aulas, diminuindo a evasão, retenção e melhorando cada vez a qualidade do ensino ofertado visando o sucesso na aprendizagem.

20 ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO DO PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO

Para se buscar uma escola de excelência, oferecendo um ensino de qualidade, é de suma importância uma ação conjunta e participativa, que busque superar as insuficiências da escola, analisando a realidade educacional, implicando em atitudes que promovam mudanças rumo ao desenvolvimento da escola como um todo. Pretende-se avaliar as atividades pedagógicas, administrativas e financeiras envolvendo toda a comunidade escolar.

A avaliação será periódica, processual e sistemática, utilizando-se de questionários, entrevistas, observações e análise de resultados, que por sua vez serão elaborados e promovidos de forma democrática ao longo do período de execução deste plano de trabalho. Serão realizadas reuniões periódicas com o objetivo de acompanhar e avaliar todo o Plano de Ação e corrigir situações que ocorrerem na execução do mesmo.

O processo avaliativo é intrínseco ao processo de ensino-aprendizagem, é próprio do ambiente escolar. Assim como as ações de uma gestão democrática devem passar obrigatoriamente, pela avaliação contínua de toda a comunidade escolar, o ato de avaliar, reavaliar e se redefinir permite mudanças qualitativas na vivência da escola. Sendo este um documento público e de interesse para toda a comunidade escolar, é natural que exista um retorno a essas ações. Assim garantimos que o plano de ação possa alcançar suas metas e objetivos plenamente, com o apoio de toda equipe e comunidade escolar, sugerindo, mudando e melhorando as propostas iniciais.

21 PROJETOS ESPECÍFICOS

21.1 Educação integral

21.1.1 Justificativa

A educação integral parte de um pressuposto fundamental de que todas as pessoas são capazes de aprender, em diferentes lugares, com diferentes pessoas e ao longo de toda a vida. Trata-se de uma concepção que compreende que educar é garantir o desenvolvimento de todas e todos, em todas suas dimensões – intelectual, física, afetiva, social e simbólica. Essa visão se contrapõe à ideia clássica de que a educação se restringe ao processo centrado na escola e voltado apenas para o conhecimento acadêmico.

22 OBJETIVO GERAL

Promover o desenvolvimento dos sujeitos educativos em todas as suas dimensões: intelectual, física, emocional, social e cultural. E se constituir como projeto coletivo, compartilhado por crianças, jovens, famílias, educadores, coordenadores, gestores e comunidade local.

23 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- i. Formar sujeitos críticos, autônomos e responsáveis consigo e com o mundo;
- ii. Reconhecer a singularidade dos sujeitos, suas múltiplas identidades e sustentar-se na construção da pertinência do projeto educativo para todos;
- iii. Levar o estudante a compreender e se comprometer com processos educativos contextualizados e com a interação permanente entre o que se aprende e o que se pratica;
- iv. Promover a equidade ao reconhecer o direito de todos de aprender e acessar oportunidades educativas diferenciadas e diversificadas a partir da interação com múltiplas linguagens, recursos, espaços, saberes e agentes, condição fundamental para o enfrentamento das desigualdades educacionais;

- v. Vivenciar a escrita e a leitura de forma lúdica, levando o aluno a se inserir no mundo letrado;
- vi. Desenvolver a criatividade, a sociabilidade e as inteligências múltiplas, dando oportunidade para que aprenda a jogar e a participar ativamente;
- vii. Aprender a lidar com os resultados independentemente do êxito ou fracasso;
- viii. Promover jogos e atividades físicas que leve o aluno a conhecer o seu corpo, reconhecer os limites do próprio corpo, respeitar regras, se reconhecer participativo e espontâneo perante os colegas, aumentando a interação e integração entre os participantes;
- ix. Proporcionar a autoconfiança e a concentração no processo de aprendizagem, levando-o a se responsabilizar-se por seu desenvolvimento.

24 ESTRATÉGIAS

A ECNRCA oferece aulas nos turnos matutino e vespertino, buscando atender seus alunos na Educação Integral. Desta forma, serão atendidos 130 alunos (cento e trinta), dos 1º ao 3º ano. A Educação Integral atende os alunos de 3ª à 5ª feira, reservando planejamentos envolvendo coordenação e professores CT. Os alunos participantes da Educação Integral permanecem na escola por 9h, realizando 3 (três) refeições diárias: lanche da manhã, almoço e lanche da tarde.

O programa ETI se desenvolve com acompanhamento pedagógico de português e matemática todos os dias, inclui atividades de leitura com contação de histórias, música instrumental de violão e teclado, arte com artesanato recicláveis, dobraduras, tangrams e quiling, recreação dirigida com jogos pedagógicos e psicomotricidade, além de aulas planejadas para suprirem dificuldades de aprendizagem utilizando-se de atividades interdisciplinares.

25 AVALIAÇÃO

Uma vez que a Educação em Tempo Integral pressupõe um olhar para a multiplicidade de dimensões do desenvolvimento humano, a avaliação nessa concepção também deve se configurar como um projeto integrado e integrador, tanto

conceitualmente quanto em sua prática metodológica. É feita em consonância com o professor regente, onde ambos, baseados em atividades, observações e registros, avaliam a aprendizagem dos estudantes. Os estudantes se autoavaliam e avaliam o trabalho dos professores e colaboradores do projeto.

25.1 Capoeira na Escola

Realizado com os alunos do 3º ano, 1º Período e 2º Período, com apoio de grupo de capoeira da comunidade vizinha, gratuitamente, promove a universalização da cultura afro-brasileira, interdisciplinarizando com os conteúdos de História e Artes, de acordo com a lei 10.639/2003 e lei 11.645/2008; promovendo a culminância do projeto, no dia 20 de novembro, dia da Consciência Negra. Com as aulas de capoeira, vêm sendo notório uma melhora do comportamento familiar e escolar e dos alunos.

25.2 XI Plenarinha : Identidade e Diversidade na Educação Infantil - Sou assim, e você, como é?

A Plenarinha é um projeto da Subsecretaria de Educação Básica - SUBEB, sob a coordenação da Diretoria de Educação Infantil - DIINF, realizado por toda a comunidade escolar, voltado, prioritariamente, à Educação Infantil e ao primeiro ano do Ensino Fundamental da rede pública de ensino do Distrito Federal. Dessa forma a Plenarinha 2023 traz os seguintes Eixos Temáticos: Identidade e diversidade; Inclusão e respeito às diferenças; Culturas e povos originários; Pertencimento e coletividade.

25.3 Semana do Brincar na Educação Infantil.

O Currículo em Movimento do Distrito Federal – Educação Infantil (2018a, p. 29-32) reitera os eixos integradores e detalha a importância do brincar e interagir. Nesse seguimento, a Diretoria de Educação Infantil-DIINF, ratificando o Currículo, trouxe no ano de 2018, “O Universo do Brincar” como tema da VI Plenarinha. Esta destacou a importância do brincar no processo de desenvolvimento das crianças e teve como objetivo vivenciar a brincadeira e o brinquedo como ferramenta para

aprender, desenvolver e expressar-se de maneira integral (DISTRITO FEDERAL, 2018b).

A Semana do Brincar foi instituída com fundamento na Lei nº 13.257 de 8 de março de 2016, que dispõe sobre as políticas públicas para a primeira infância, e que em seu art. 5º, traz o brincar como uma das áreas prioritárias para as crianças de 0 a 6 anos de idade (BRASIL, 2016a).

25.4 Alimentação Saudável na Educação Infantil.

O Projeto Alimentação – Mais que Cuidar: Educar, Brincar e Interagir, elaborado e recomendado pela Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal (SEEDF), por meio da Diretoria de Educação Infantil (DIINF) da Subsecretaria de Educação Básica (SUBEB) e da Diretoria de Alimentação Escolar (DIAE) da Subsecretaria de Administração Geral (SUAG), apresenta como finalidade reflexões e discussões sobre a alimentação em relação a vários aspectos, que vão além da questão alimentar e nutricional, envolvendo o olhar para as práticas sociais e culturais, perspectivas afetivas e emocionais, bem como envolvendo a sustentabilidade e a ecologia humana, e assim, ações educativas intencionalmente pensadas, que contribuem nesse processo.

25.5 Dia Mundial de Luta de Pessoa com Deficiência.

Desenvolver com todos da comunidade escolar um trabalho de conscientização para atender a diversidade existente em nossa sociedade, planejando atividades de palestras, dinâmicas envolvendo a família, escola e a comunidade, contemplando assim a Lei Federal nº 11.133/2005.

25.6 Recreio Orientado.

O direito da criança e do adolescente ao lazer é constitucional, como preconiza o Estatuto da Criança e do Adolescente, Artigo 16, inciso IV: brincar, praticar esporte e divertir-se. Durante o período de 15 minutos destinado ao recreio, as turmas são divididas por modalidade de atividade: quadra, brinquedo de sala, brincadeira dirigida,

totó e parque. Desta forma, o recreio deixou de ser um momento de bagunça e correria na escola para se tornar lúdico e prazeroso para todos.

25.7 Projeto de Leitura e Mostra Cultural Artística & Literária.

Ler é desvendar os mistérios do mundo, sentir prazer e não apenas superar dificuldades, melhorar sua própria vida e principalmente conhecer o universo da escrita e ampliar o vocabulário. Dessa forma, semanalmente o Projeto de Leitura é desenvolvido de modo que cada estudante adote um livro de literatura para deleite e outras discussões e registros em fichas de leitura. Ao final de cada bimestre é realizado a culminância onde cada estudante leitor recebe um certificado de bom participante. As Mostras Culturais Artísticas e Literárias são realizadas de modo em que um escritor regional ou artista plástico é escolhido e suas obras são lidas e ou trabalhadas por todos os alunos, a culminância se dá na presença do mesmo na escola. Em 2023 realizaremos a V Mostra e o artista convidado ainda está análise.

25.8 Projeto Interventivo.

Por meio dos dados colhidos pelos testes diagnósticos iniciais, observações de situações vivenciadas no dia a dia escolar pelos professores, foram detectados níveis de aprendizagem diferenciados, onde existem alunos que estão apresentando deficit de aprendizagem; baixa autoestima; falta de motivação e não possuem hábitos de estudos e necessitam de uma melhora na coordenação motora. Em decorrência dessas situações, o grupo docente trabalha com atividades extras escolares, reforço escolar em horário inverso ao da regência, trabalho individual com atividades diferenciadas e práticas pedagógicas contextualizadas e coletivas oportunizando um ambiente dinâmico.

O **reagrupamento** é um princípio do BIA que se efetiva como uma estratégia de trabalho em grupo que atende a todos os estudantes. É uma estratégia pedagógica que permite o avanço contínuo das aprendizagens e contempla as possibilidades e necessidades de cada estudante, durante todo o ano letivo. É realizado nas turmas de 3º anos e ainda 4º e 5º ano. O Artigo 24, inciso V, da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei nº 9.394/96), respalda legalmente propostas pedagógicas para a correção de fluxo. Entende-se, nesse contexto, a pertinência de intervenções

pedagógicas que abarquem outra lógica de planejamento temporal e espacial, de gestão escolar e curricular na organização do trabalho pedagógico, bem como possam provocar impactos na concepção de educação de todos os envolvidos no processo educativo. O Plano Nacional de Educação - PNE/2014-2024 estabelece, em sua Meta 2, a universalização do ensino fundamental de 9 (nove) anos para toda a população de 6 (seis) a 14 (quatorze) anos, bem como a conclusão dessa etapa na idade recomendada.

25.9 Programa Eleitor do Futuro: Inclusão Social Desde a Infância.

O objetivo do projeto é fomentar a inclusão social e cultural por meio da escolha dos personagens do Folclore Brasileiro utilizando as urnas eletrônicas, bem como associando aos temas sociais contemporâneos. Vitória – Régia, Curupira, Iara, Negrinho do Pastoreio e Saci- Pererê juntos na defesa de temas que tratam do uso racional da água, meio- ambiente, o papel da mulher na sociedade, o preconceito às diferenças e inclusão das pessoas com deficiência na sociedade.

25.9.1 Projeto Parque Educador.

O Projeto Parque Educador foi criado em 2018, desde então nossos estudantes participam anualmente, nos dias de quinta-feira no período vespertino. Com o objetivo de fortalecer a educação ambiental, ampliar o espaço educativo das escolas públicas e aumentar a integração dos parques com a comunidade, o Instituto Brasília Ambiental em parceria com a SEE e a Secretaria do Meio Ambiente buscam com as aulas desenvolvidas levar o estudante a despertar para a sustentabilidade, aprender sobre o cerrado, água, biodiversidade, educação ambiental e patrimonial.

São no Parque Ecológico Sucupira e na Estação de Águas Emendadas (Esecae) que acontecem as ações educativas. In loco, os alunos do 4º ano do Ensino Fundamental saem fazendo trilhas ou caminhando pelos parques visando conhecer a biodiversidade e a importância desses espaços para a sustentabilidade do planeta e também aprendem sobre qualidade de vida no dia a dia, respeito e cuidado, e principalmente consciência crítica socioambiental.

25.9.2 Projeto na Trilha, Vida.

O Projeto Na trilha, Vida, está contido no PPP da Escola Classe Núcleo Rural Córrego do Atoleiro e será realizado em duas partes, a primeira parte será realizada em sala de aula com orientação dos professores regentes que serão mediadores de sensibilização e reflexão ambiental. A segunda parte, culminância do projeto tem como foco principal a saída de campo ao Parque Nacional de Brasília.

25.9.3 Objetivo Geral.

Proporcionar momentos de sensibilização e reflexão sobre o meio ambiente através da interação com o mesmo associando aos conteúdos trabalhados em sala desenvolvendo assim, práticas voltadas a preservação ambiental fazendo com que os alunos se percebam quanto sujeitos biopsicossocial.

25.9.4 Objetivos Específicos.

Vivenciar os conteúdos trabalhados em sala.

Explorar hidrografia, relevo, fauna, flora do cerrado tendo como objetivo central a preservação do meio ambiente. De acordo com a faixa etária de cada idade/série.

Proporcionar momento de interação com o meio ambiente, levando-os a explorar uma experiência ao ar livre.

Refletir sobre o meio ambiente e interação do homem com o meio.

25.9.5 Metodologia.

Datas: Setembro/ 2023

Público: 3º Ano / 4º Ano e 5º Ano

Professores Responsáveis: Katerynne Costa e Cristiane Almeida.

Horário de saída da escola: 8h

Horário de chegada no Parque Nacional de Brasília: 9h

25.9.6 Ações.

Parte I .

Serão formados três grupos de estudantes, cada grupo será dirigido pelos professores responsáveis para realizar as seguintes atividades:

- Visita ao Núcleo de Ed. Ambiental e Trilha sensorial.
- Área externa: Cerrado e preservação ambiental.
- Nascente Riachinho/ Chuveirinho: Recursos Hídricos.

As atividades acima serão realizadas em formato de rodízio, onde todos passarão pelos três grupos.

Parte II

Lanche

Visita a Ilha da meditação

Trilha da Capivara.

Parte III

Almoço

Parte IV

Piscinas

Parte V

Organização para retorno e saída do Parque.

Parte VI

Chegada na escola.

25.9.7 Projeto Yoga.

Yoga tem como objetivo principal despertar a sensação de bem-estar, por meio de técnicas de respiração (Pranayama), posturas e movimentos físicos (asanas) e meditação. A sensação de prazer e plenitude interferem positivamente na pressão arterial do aluno, diminuindo também os níveis de cortisol e adrenalina.

Sendo assim, as aulas de Yoga são ministradas voluntariamente pelo professor Marcelo e ocorrem em cronograma específico no momento do tempo destinado a essa

atividade, por 30 minutos, uma vez por semana, nas turmas do turno matutino (1º ano “A” e “B”, 2º ano “A” e “B” e 3º ano “A”).

Os benefícios das aulas de yoga:

- melhor capacidade de concentração nos estudantes;
- maior clareza nos pensamentos;
- desenvolve flexibilidade e coordenação motora;
- diminui o estresse e ansiedade;
- controla a pressão e os batimentos cardíacos;
- melhora o sono;
- melhora a postura e o fortalecimento muscular.

26 REFERÊNCIAS

ANTUNES, C. **Alfabetização Emocional: novas estratégias**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999.

BARBOSA, A. I. **A organização do trabalho pedagógico na Licenciatura em Educação do Campo/UnB: do projeto às emergências e tramas do caminhar**. Brasília, 2012. Tese (Doutorado em Educação). Universidade de Brasília, Brasília, 2012.

BURIASCO, R. L. C. de. **Algumas considerações sobre avaliação educacional. Estudos de Avaliação Educacional**. São Paulo, n. 22, p. 155-177, jul/dez, 2000.

BRASIL. Secretaria do Estado de Educação do Distrito Federal – SEEDF. **Diretrizes de Avaliação Educacional Triênio 2014-2016**. Versão Preliminar para validação junto as GRE's e GRESB's; Brasília, 2014. Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal. **Currículo em Movimento da Educação Básica. Pressupostos Teóricos**. 2ª Edição/Brasília, 2018. Lei n. 10.172/2001. Plano Nacional da Educação – PNE. Lei n. 9.394/1.996. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB. Lei n. 4.751/2012. Gestão Democrática.

CAMPOS, C. de M. **Gestão Escolar e Docência**. São Paulo: Paulinas, 2010.

FERNANDES, M. E. A. **Progestão: como desenvolver a avaliação institucional na escola?** Módulo IX, Brasília: CONSED, 2001.

FERNANDES, M. E. A. **Progestão: como promover a construção coletiva do projeto pedagógico da escola?** Modulo IV/ Juliane Côrrea Marçal, José Vieira de Sousa; coordenação geral Maria Aglae de Medeiros Machado. –Brasília: CONSED – Conselho Nacional de Secretários de Educação, 2001.

GADOTTI, M. **Pensamento pedagógico brasileiro**. 28 ed. São Paulo: Ática, 2009.

GADOTTI, M. **Perspectivas atuais da educação**. Porto Alegre, Ed. Artes Médicas,2000.

GOMES, N. L. **Indagações sobre Currículo: diversidade e currículo**. [Nilma Lino Gomes] organização do documento Jeanete Beauchamps, Sandra Denise Piaget,

Arisélia Ribeiro do Nascimento – Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2007.

SAVIANI, D. **Pedagogia histórico-crítica: primeiras aproximações**. Campinas: Autores Associados, 10ª edição, 1991.

SORDI, M. R. L. de; LUDKE, M. Da Avaliação da Aprendizagem à Avaliação Institucional: aprendizagens necessárias. Avaliação, Campinas, Sorocaba, SP, v. 14, n. 2 p. 313-336, jul, 2009.

